

**DESCONCERTO E COSMOGONIA CORRETIVA AO EUROCENTRISMO: A
SOCIOLOGIA AFRICANA NA DESMISTIFICAÇÃO DA NARRATIVA
COSMOGÔNICA EUROCÊNTRICA**

SABINO ABNA FUMA

RESUMO

O presente artigo visa analisar a emergência de produção de narrativas sobre o continente africano a partir da sociologia africana, buscando as bases africanas corretivas ao eurocentrismo. Os pensadores do continente europeu acreditam que o continente africano não tinha história. Esses descreviam a África como um lugar onde viviam as pessoas sem a civilização. Adoptou-se a metodologia qualitativa centralizada nos trabalhos bibliográficos veiculados sobre o assunto. As narrativas demonstram que, com o processo da colonização as ciências humanas foram utilizadas para a produção dos discursos pseudocientíficos para legitimar a suposta superioridade branca e inferioridade do negro. Assim, a cultura europeia tornou-se o protótipo no que concerne à ideia de civilização. Nesta linha, tudo o que não estava conforme a sua visão de mundo era considerado obsoleto. Os pensadores europeus estabeleceram narrativas para naturalizar o processo de escravidão e a pilhagem dos elementos naturais das terras africanas que foram invadidas. Em consequência da invenção da história sobre a África, a história africana, e as mundividências africanas foram rejeitadas pelo projeto colonial. Portanto, para a efetivação do projeto colonial, as igrejas, as escolas e os soldados serviram como peças fundamentais para a domesticação das mentes africanas e do deslocamento das subjetividades.

Palavras chave: África; Europa; escravizados; invenção; sociologia africana.

ABSTRACT

This article aims to examine the emergence of narrative production about the African continent from the standpoint of African sociology, seeking African-based correctives to Eurocentrism. European intellectuals believed that Africa had no history and frequently portrayed it as a place inhabited by uncivilized peoples. A qualitative methodology was adopted, centered on bibliographical studies published on the subject. The narratives reveal that, throughout the process of colonization, the human sciences were instrumentalized to construct pseudoscientific discourses that legitimized presumed white superiority and Black inferiority. Consequently, European culture was elevated as the prototype of civilization. In this regard, everything that did not conform to the European worldview was deemed obsolete. European thinkers developed narratives that naturalized the enslavement of African peoples and the plundering of natural resources from the invaded African territories. As a result of the invention of a fictitious history of Africa, African history and African worldviews were dismissed by the colonial project. Therefore, in order to consolidate colonial domination, churches, schools and soldiers were employed as essential instruments for the domestication of African minds and the displacement of subjectivities.

Keywords: Africa, Europe, Enslaved peoples, Invention.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito analisar na perspectiva da sociologia africana as narrativas que foram produzidas de forma gratuita sobre o continente africano, e ainda tentar trazer algumas reflexões teóricas e doutrinas a partir das cosmoperspectivas africanas, como uma resposta ao desconhecimento ou apedutismo histórico narrado por uma visão ocidentalocêntrica.

Primeiramente é importante salientar haver vários trabalhos que trata sobre a invenção da África. Não devemos restringir só em analisar o fato como se ele não merecesse atenção de alguns estudiosos africanos e não africanos, que, de fato, desmistificam várias narrativas sobre a África. A invenção da África não é um projeto neutro; ela está atrelada à relação de poder a partir de viés de quem a inventa sobre isso, Mudimbe (2019) afirma que, a centralidade da história é, portanto, marcante para o que o marxismo revela nos estudos africanos. Na verdade, a invenção da história africana ocorreu simultaneamente com a avaliação crítica da história africana. Notamos também que a possibilidade da história africana parece estar ligada ao questionamento e à redefinição da Europa sobre o que a história não é e deveria ser. O autor ainda mostra que [...] os exploradores limitaram-se a trazer novas evidências das desvantagens de África. Como os africanos não podiam produzir nada de valor, a tecnologia das estátuas yorubas veio dos egípcios. A arte do Benim deve ser uma criação portuguesa; as obras arquitetônicas do Zimbabué devem-se a técnicos árabes, e as artes dominantes de governar de Hauçás e Buganda são invenções de invasores brancos (Davidson, 1959, *apud* Mudimbe, 2019).

A invenção representa um íterim de interrupção da história do continente africano nas suas múltiplas dimensões sociais, econômicas, políticas, religiosas, etc., e das pessoas que habitam o continente. A dominação do continente africano não é apenas um projeto económico, mas visa impor imagens ocidentais aos povos africanos, levando à ocupação territorial e a interpretações estranhas das suas práticas socioculturais (Caomique, 2020).

Ao longo da história, a sociologia tem sido dominada por perspectivas ocidentais, levando a uma compreensão limitada e distorcida da realidade social dos povos não ocidentais. A sociologia africana surge como uma resposta ao eurocentrismo, procurando romper com as narrativas hegemônicas e oferece uma visão cosmogônica corretiva que valoriza as experiências e os conhecimentos das sociedades africanas.

A retórica pretensiosa sobre o universalismo europeu solidifica inconsistências empíricas relacionadas com o conhecimento específico do Terceiro Mundo. A concentração

de autoridade nas Ciências Sociais facilitou a imposição dos europeus às culturas não ocidentais. Se um homem adquire tal autoridade através das complexidades da língua alemã, ele é apenas um filósofo dotado de autoridade mínima. Para se tornar um sociólogo famoso, você precisa afrancesar seu trabalho [...] (Macedo, 2020).

De fato, é importante considerar os contributos da sociologia africana nesta discussão, analisando o seu papel na desconstrução do eurocentrismo e na construção de alternativas epistemológicas. O eurocentrismo é uma ideologia que eleva a Europa e o conhecimento produzido no continente como o pináculo da civilização e a sua cultura como referência para as sociedades contemporâneas. Sendo assim, vimos o que essa visão eurocêntrica fazia e fez com que os colonizadores,

negava-se à tradição oral africana, memória de povos que fornece a trama de muitos povos que marcaram suas vidas. Para escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes exteriores ao continente, e o resultado era uma visão não do que podia ter sido o percurso dos povos africanos, mas do que se pensava que ele devia ter sido. Sendo a Idade Média europeia frequentemente tomada como ponto de referência, os modos de produção as relações sociais e as instituições políticas eram analisadas somente em relação ao passado europeu¹.

Esta perspectiva considera o conhecimento e as práticas sociais europeias como superiores e comunitárias, ao mesmo tempo, que desconsidera e subjuga as experiências e os conhecimentos dos povos africanos. Para “conhecer a verdadeira realidade do colonizado nunca constitui a preocupação do colonizador. O que lhe interessa é transformá-lo no que ele pretende, mediante uma série de negações e atribuições” (Caomique, 2020, p. 24).

Sobre o projeto da invenção da África e das narrativas para justificar a superioridade branca, Montesquieu (1979) citado por Foé (2013) afirmava que, a maioria das pessoas nas áreas costeiras da África são selvagens, não têm indústria ou arte. Esta afirmação demonstra claramente a sua incompreensão da história real do povo africano e as contribuições que deram ao mundo. A sua análise preconceituosa e racista levou-lhe a dizer que os negros nunca souberam usar metais preciosos obtidos em abundância da natureza. Pelo contrário, as pessoas civilizadas sabem lucrar com os negócios dos metais. Astuciosamente, os brancos persuadem os negros a valorizar muitas coisas que não têm valor. Isso permite que eles recebessem as mercadorias a preços elevados.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se que os europeus queriam que os africanos pensassem da mesma forma que eles, mas que, na verdade, não se pode

¹ Disponível em: <https://mariolanga.blogspot.com/2015/07/metodos-e-tecnicas-da-historia.html>. Acesso em: 17 de março de 2025

pensar da mesma forma, porém, a cultura e o espaço geográfico são totalmente diferentes, por isso, não se pode comparar duas realidades diferentes, e pensar que o outro tem que seguir a sua cultura. Assim, “a maneira que cada racionalidade epistêmica e os conceitos relacionados são instanciados, preenchidos por assim dizer, o conteúdo concreto que é dado em termos de descrições linguísticas e costumes sociais, varia muito de um contexto cultural para outro” (Kaphagawani; Malherbe, 2002, p.7).

Os europeus domesticaram as mentes africanas e a deslocação das suas subjetividades e, sobretudo, inculcaram-nos de que, tudo o que é da África é satânico, justificando de que tudo o que os africanos praticavam não é moderno, por isso, têm que seguir a cultura deles. “As nossas culturas foram assediadas e sobrepujadas e não há ponto final no impacto das ideias ocidentais” (Falola, 2007, p.23). Nessa mesma ideia, o autor ressalta que, uma vez que se adota uma variedade de modelos e sistemas políticos ocidentais, precisa-se conectar as falhas políticas ao legado e ver se as fontes de conhecimento do trabalho estão completamente desconexas com a realidade desses modelos e sistemas de produção científica.

A partir da citação acima, percebe-se que a alienação intelectual nos leva a desconectar com a nossa realidade, das nossas cosmoperspectivas² e molda o nosso pensamento ao protótipo ocidental. Em outros termos, ela (alienação) nos leva a praticar e a moldar as nossas teorias analíticas e interpretativa com base nas teorias ocidentais, vistas como modelo para chegar ao desenvolvimento pensado a partir de um modelo linear, mas, na realidade, esse modelo não tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do próprio continente africano e dos próprios africanos. Segundo Ake (2016, p. 56), “é dessa forma que muitos cientistas sociais bem-intencionados do terceiro mundo, sem querer, tornam-se vítimas dos preconceitos de outras pessoas e desprezam seus próprios interesses”. Seguindo com a ideia do autor sobre o assunto ele mostra que,

[...] Estudar um país do terceiro mundo no contexto da teoria dominante de desenvolvimento político é explorar como ele pode ser parecido com o Ocidente. Portanto, todos os estudantes do terceiro mundo que estão sendo ensinados a aceitarem esta teoria sob o pretexto de ciências estão

² Cosmoperspectiva é um conceito mais recente e mais refinado. Refere-se à posição a partir da qual alguém percebe, interpreta e produz conhecimento sobre o mundo. Está ligada ao lugar histórico, cultural, social e até corporal de quem observa. Enquanto a cosmovisão fala do “mapa geral do mundo”, a cosmoperspectiva fala do “ponto de observação” dentro desse mapa. Duas pessoas podem partilhar a mesma cosmovisão africana, mas ter cosmoperspectivas diferentes. Um jovem urbano na diáspora africana tem uma cosmoperspectiva distinta de um ancião numa comunidade rural, mesmo que ambos valorizem ancestralidade e coletividade enquanto que a Cosmovisão é o modo como uma pessoa, grupo ou cultura interpreta a realidade como um todo. Inclui ideias sobre a origem do mundo, o sentido da vida, o bem e o mal, o conhecimento, a morte e o lugar do ser humano no universo. Não é algo neutro nem puramente racional. A tua cosmovisão é moldada pela cultura, religião, ciência, experiências pessoais e até pela língua que falas. Mesmo quem diz não ter cosmovisão já está a operar dentro de uma, normalmente marcada pelo cientificismo ou pelo individualismo moderno. A cosmovisão científica moderna tende a explicar o mundo com base em leis naturais e causalidade. A cosmovisão africana tradicional integra natureza, espiritualidade, comunidade e ancestralidade como partes inseparáveis da realidade.

basicamente sendo recrutados para buscar construir seus países à imagem do Ocidente. Este é um aspecto do caráter imperialista da teoria do desenvolvimento político. [...] Outros aspectos é que a teoria estimula a dependência e inculca uma sensação de inferioridade em povos do terceiro mundo. Isto ocorre pela seguinte razão: a teoria do desenvolvimento político baseia-se na distinção popular entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Países desenvolvidos alcançaram o estado de existência desejado. (AKE, 2016, p. 62)

O artigo está dividido em três sessões juntando a introdução e conclusão. Primeiro fazemos uma introdução onde foi contextualizado aborda a necessidade de reconstruir narrativas sobre o continente africano a partir de uma perspectiva africana, buscando romper com o eurocentrismo que dominou os discursos históricos e sociológicos, no segundo temos uma sessão onde abordei como o colonialismo utilizou as ciências humanas para legitimar a suposta superioridade branca e desvalorizar as cosmoperspetiva africanas, retratando a África como um espaço desprovido de história e civilização e por último temos uma considerações finais onde fazemos uma chamada à ação, encorajando os intelectuais africanos a continuarem a desenvolver uma sociologia que seja genuinamente africana, com um compromisso em desmantelar os resquícios de colonialismo que ainda permeiam a sociedade pois, o futuro do continente depende de um esforço contínuo de valorização e reinvenção das cosmoperspectivas africanas, permitindo que as gerações futuras possam viver em um mundo onde suas identidades e histórias sejam tratadas com respeito e dignidade.

2 NARRATIVAS EUROCÊNTRICAS SOBRE O CONTINENTE AFRICANO: DESMISTIFICANDO AS NARRATIVAS COM A SOCIOLOGIA AFRICANA

Nesta sessão procura-se discutir e compreender as narrativas ultrajantes que foram construídas pseudo-cientificamente de forma gratuita sobre o continente. “Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie, ocultaram ao mundo a verdadeira história de África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. [...]” porque para muitos, “essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos”.³

A invenção da África está ligada à idealização de um conjunto de pseudocientificidade. Nesse período, começou a intensificar o processo da idealização e de reformulação das bases políticas e ideológicas para fundamentar o colonialismo e a ocupação

³ Disponível em: <https://mariolanga.blogspot.com/2015/07/metodos-e-tecnicas-da-historia.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2025

efetiva a partir da realização da conferência de Berlim em 1884-1885⁴, justificando o colonialismo com a aprovação das missões cristãs, Ciências Humanas, por exemplo, a Antropologia, História, Etnologia e Filosofia (África de ontem, África de hoje...).

Durante séculos, os europeus mantiveram a crença na suposta superioridade da “raça” branca, justificando o encontro com outros povos como um fator inédito e fantástico. Tais afirmações representam uma falsa realidade do dito descobrimento pelos invasores e usurpadores. Além de serem leituras deslocadas, a “África descoberta” pelos invasores representa ainda a violência transmitida pela palavra. A invenção da história africana, como afirma Mudimbe (2014) e M’Bokolo (2007) é o reflexo da “biblioteca colonial”, em que as cosmoperspectivas africanas foram interpretadas a partir de olhares exógenos, simplistas e reducionistas, tornando quase impossível um diálogo na horizontalidade com outras experiências.

O continente africano é visto pelos pensadores europeus e etnocentristas como sem história, ou seja, devido ao apedêntismo histórico e a colaboração com o projeto colonial, eles consideram o continente como um local onde habitam e vivem sub-humanos que não tem civilização, portanto, as suas culturas serviram como protótipos na hierarquização dos valores culturais, políticos, linguísticos e religiosos.

Muitos desses escritos foram realizados por alguns antropólogos europeus que foram para a África com o intuito de fazer pesquisas no continente, mas não conseguiram os resultados. Sabemos que a ciência tem suas bases na racionalidade ocidental, dessa forma, nega qualquer forma de saber que não seja produzido no Ocidente. A ciência teve o papel fundamental de justificar a hierarquia entre os povos. Para Caomique (2020, p. 26), “nem todos os estudos sobre a África são realmente estudos africanos” na verdade, a “grande parte desses trabalhos era carregada de preconceitos, perspectivas analíticas ocidentais e de temáticas de interesse exclusivamente ocidental”. O triste é que esses autores ditos clássicos,

⁴ Como todos sabem, entre 1884 e 1885 ocorreu em Berlim a chamada Conferência de Berlim, um encontro promovido pela Alemanha de Otto von Bismarck, no qual as potências europeias decidiram como iriam dividir e controlar África. O que aconteceu de facto foi isto. As grandes potências europeias como Reino Unido, França, Alemanha, Portugal e Bélgica reuniram-se para estabelecer regras de ocupação territorial em África, sem a presença nem o consentimento de nenhum povo africano. Definiram que só teria direito a um território quem o ocupasse de forma efetiva, o que acelerou a invasão militar e administrativa do continente. Reconheceram oficialmente o Estado Livre do Congo como propriedade pessoal do rei Leopoldo II da Bélgica, abrindo caminho para um dos regimes mais violentos da história colonial. Garantiram liberdade de navegação nos rios Congo e Níger, mas essa “liberdade” servia sobretudo aos interesses comerciais europeus. Agora o ponto que tens de encarar sem romantismo. Isto não foi uma simples conferência diplomática, foi a legitimação formal da violência colonial. Se pensas que o subdesenvolvimento africano é apenas resultado de má governação atual, estás a ignorar que as fronteiras artificiais, os conflitos étnicos forçados e a extração predatória de recursos foram planeadas ali. A Conferência de Berlim não criou o colonialismo, mas organizou-o de forma sistemática, eficiente e brutal. A oportunidade que muitos perdem é esta. Compreender Berlim 1884–1885 não é vitimização histórica, é ferramenta de análise. Sem isso, repetem-se narrativas simplistas que culpam apenas os africanos pelos problemas atuais e absolvem estruturas globais que ainda hoje reproduzem dependência económica.

como David Hume (1853), no seu livro *Philosophical Works* of também Hegel no seu livro *La raison dans l'Histoire: introduction à la Philosophie de l'Histoire*, escreveram sobre o continente africano a partir dos seus entendimentos sem conhecer a própria África (Hountondji, 2008).

Hampaté Bâ (2010) explica que, quando as forças coloniais começaram a enviar os seus agentes ou representantes para fazer pesquisas etnográficas e não aceitaram o propósito de sobrevivência, a partir desse ponto, os africanos inventaram a frase “põe na palha”, que é enganar sem poder dizer a verdade para as pessoas sob as condições exigidas. Muitos etnólogos têm sido vítimas inconscientes dessa estratégia e, ao pensarem que não podem compreender totalmente uma determinada realidade, sentir-se-ão ignorantes se não compreenderem totalmente uma determinada realidade.

Uma compreensão da identidade cultural africana deve começar com estudos, análises e livros escritos pelos próprios africanos. Isso porque quando se pensa a partir de livros e escritos europeus, que na maioria das vezes não conhecem, ou mesmo nada sabe sobre a África, realmente entrar-se-á em contato com a autenticidade das expressões culturais. Os africanos sempre viveram em um mundo secreto. Macamo (2001, p. 6) afirma que “a oscilação entre o mundo irreal dos espíritos e o mundo surreal duma existência social precária é constitutiva das relações e fatos sociais em África [...]. Onde cada passo e momento encerram várias narrativas e diversas problemáticas”.

Mudimbe (2013) coloca que para entender modulações e métodos representativos da organização colonial é preciso seguir três chaves principais, procedimentos para a aquisição, distribuição e desenvolvimento de terras coloniais. Portanto, três hipóteses e ações complementares emergiram: o controle do espaço público, a transformação do pensamento das populações locais e a integração da história econômica local na perspectiva ocidental.

Tudo o que não andava conforme as suas cosmovisões eram consideradas como obsoleto e estes ditos pensadores europeus construíram as narrativas com o fito de naturalizar o processo de escravização e da usurpação dos elementos naturais que o continente dispunha e dispôs ainda. No geral, os pretos foram considerados e/ou tratados como inferiores e os brancos como superioridades. Devido a lógica colonialista de domínio sobre outros povos, fez com que, os europeus conseguiram implementar as suas línguas, desvalorizando tudo o que se encontravam nesse continente. Para Foé (2013, p. 180-181), a violência do continente se deu devido a vários fatores e, portanto, a África é de fato,

“o continente que viu suas crianças reduzidas a escravos e deportados, seus territórios ocupados e colonizados, suas religiões e suas línguas destruídas e

substituídas. Hoje, toda a África negra é muçulmana ou cristã; ela se comunica em francês, em inglês, em português, em espanhol e às vezes em alemão e em italiano, línguas da Europa imperial. O mundo veio para África e a dominou; então, a África devia pensar esse mundo para compreendê-lo: compreender seu espírito, suas intenções, inclusive seu comportamento. O comportamento da Europa”.

Do ponto de vista dos colonizadores, os pretos não eram inteligentes, porque não possuíam nenhum conhecimento e não conseguiam desenvolver ideias importantes, pois eram mentalmente inferiores aos brancos o que o Boaventura de Sousa Santos vai chamar de “pensamento abissal”, Caomique (2020, p. 25), explica que,

“seu eixo estruturante é a distinção que se traduz na negação, na subestimação e no aniquilamento das potencialidades dos outros (considerados inferiores). Se, desse lado, há conhecimento real e científico, do outro lado, só existem crenças convicções superficiais, idolatria ou entendimentos intuitivos. Então, só poderiam ser usados como matérias-primas para a investigação científica, e não como partes de um arcabouço epistemológico pronto para responder às demandas sociais nos diferentes domínios”.

Em relação a isso, conforme Mbembe (2001), a escravidão, a colonização e o *apartheid* não são apenas consideradas meio usado para aprisionar os africanos com humilhação falta de moradia e sofrimento indizível, mas também, privados de existência e sociedade caracterizada por graves danos psicológicos à sua dignidade no campo da morte e a tortura e do exílio. De uma forma geral, pode-se entender que para os colonos tudo o que se fazia neste continente não tinha valor ou importância para a sociedade como um todo, a começar pela cultura, as religiões e os costumes.

No entanto, sobre a interiorização dos africanos, conforme Hume (s/d) apud Fóe, 2013, p. 184),

“os Negros são, por natureza, inferiores aos Brancos. A prova é que nunca existiu uma nação civilizada, nem indivíduo ilustrado por suas ações ou por sua capacidade de reflexão, dessa cor; a manufatura, a arte e a ciência lhes são desconhecidas e, em nenhuma parte entre os Negros escravos, não se pôde detectar o menor traço de inteligência”.

Sobre esse assunto pode-se perceber que o autor está muito equivocado na sua colocação sobre civilização, inteligência e inferioridade dos africanos, se fomos ver, na cosmoperspectiva africana, essa questão de desenvolvimento das indústrias e da ciência não se pode ser mensurado de forma linear, mas os colonizadores colocaram essa ideia de inferioridade como a forma de aproveitar para implementar suas culturas e formas de viver no continente africano. No entanto, eles pensavam que “aquele que quer conhecer as

manifestações assustadoras da natureza humana pode encontrá-las na África esse continente do homem em estado bruto [...] no estado de selvageria e de barbárie onde todos os homens são feiticeiros” (Hume, 2009 apud Foé, 2013, p.178-179). Eles usavam esses adjetivos pejorativos (selvagens, brutos, infieis, canibais), como forma de inferiorizar os negros escravizados. Portanto, para que um africano seja considerado civilizado ele tinha que abandonar as suas tradições e culturas para seguir o modelo europeu, ou seja, tinha que assimilar os valores culturais europeus. Nesta linha de raciocínio Falola (2007, p. 23), nos coloca o seguinte,

“eles enfatizaram as brutalidades horripilantes dos que forjaram Estados, mas não a surpreendente arte de governar. A arte divinatória tornou-se paganismo, não um projeto intelectual. Líderes telúricos revolucionários foram demonizados. Quando os europeus matavam, era em nome da civilização. Quando matávamos em revide, era uma amostra de selvageria e canibalismo”.

Para Foé (2013, p.182), “a cosmização ou a civilização dos países conquistados acaba, simbolicamente pela captura, pela matança ou pela escravidão do indígena, que toma então a figura do monstro ou do dragão”. Uma das coisas que os colonialistas usaram para dominar os negros foi a comparação da cor de pele, suas culturas e língua, justificando sua superioridade em relação aos negros, então os nativos tinham que abandonar as suas culturas e implementar deles para chegar a tal civilização. Outro fenômeno que prejudicou enormemente o estudo objetivo do passado de África foi,

o aparecimento com o tráfico negreiro e colonização, de estereótipos raciais geradores de desprezos e de incompreensão e tão profundamente arraigados que chegaram a falsear os próprios conceitos das historiografias. Com a introdução de noções de “brancos” e “negros” para nomear de forma genérica os colonizadores – vistos como superiores – e os colonizados, os africanos tiveram de lutar contra uma dupla servidão a humana e a psicológica. Este processo de falsa identificação reduz a história dos povos africanos a uma etno-história, na qual a apreciação das realidades históricas e culturais só poderia ser deformada.⁵

Esse fenômeno de naturalização da cor da pele e aumento da violência sempre existiu em todo o processo histórico da ideologia dominante e no processo dinâmico de resposta de força. Prezamos o que nos torna diferentes e não prestamos mais atenção ao que nos torna mais ligados ao ser humano, à dimensão humana, ao ser humano, à nossa dignidade pessoal (Domingos, 2018).

⁵ Disponível em: <https://mariolanga.blogspot.com/2015/07/metodos-e-tecnicas-da-historia.html>. Acesso em: 17 de março de 2024

Fanon (1952) destacou que preto não é meu nome, nem meu apelido, nem minha essência e identidade. Sou um ser humano e isso é suficiente. Então preto é um apelido, uma capa que os outros usam para me ofender e tentar me humilhar.

Nesta lógica pode-se dizer que “a maneira que cada racionalidade epistêmica e os conceitos relacionados são instanciados, ‘preenchidos’ por assim dizer, o conteúdo concreto que é dado em termos de descrições linguísticas e costumes sociais, varia muito de um contexto cultural para outro” (Kaphagawani e Malherbe, 2002, p. 7).

Segundo Falola (2007, p. 25), “para ocidente conseguir dominar e apropriar dos recursos do continente africano, criaram estratégias de estudar a África justificando sua superioridade”, nessa linha de pensamento Foé, (2013, p. 193) “a escravidão dos Negros era justificada pela inferioridade natural [...], explicando a selvageria dos Negros pelo preconceito e, sobretudo, pela opressão e pela servidão, e não pelo inverso”.

Nessa mesma linha do raciocínio, Domingos (2018, p. 194) vai afirmar que os “negros foram alvos de frequentes pretextos e teorias racistas que duvidavam da capacidade de negros se governarem eles mesmos”. Razão que nos pode levar a entender que os colonizadores sempre usaram o termo civilizado e primitivo para justificar a escravidão em África, convencendo os negros de que eles sempre são melhores, por isso, temos que submeter e trabalhar para eles como senhores.

No que diz respeito a relação entre os colonizadores e os outros povos (negros e indígenas), pode-se ver que os colonizadores não apresentaram um comportamento de harmonia e de paz, mas, de exploração e de violência do continente para resolverem as suas demandas econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, Domingos (2018) afirma que o comércio atlântico entre os séculos XV e XIX transformou os homens e mulheres africanos em homens e pessoas alvos de brutalidade e de violência colonial. Eles estão presos na masmorra externa e pertencem a outras pessoas, são hostis às suas ações e, portanto, não têm mais os seus nomes ou línguas. Os colonizadores e donos dos africanos escravizados tentaram destruir as ideias sobre as pessoas e os humanos no mundo africano. Isto posto, Foé (2013, p. 182) aponta o seguinte,

“conduta estranha de Pizarro é emblemática de uma visão do mundo que faz com que o Ocidente pareça incapaz de ir ao encontro dos outros povos como um amigo, mas como um conquistador; raramente como um aliado, mas constantemente como um adversário; jamais como um parceiro, mas sempre como um mestre. O Ocidente se recusa a dialogar com os outros povos porque ele não gosta muito do princípio da igualdade e da reciprocidade com os vencidos. O Ocidente se proíbe tal diálogo porque ele decreta a inferioridade congênita do Outro ou do vencido. Esse decreto explica a exclusão do negro da humanidade comum e sua transformação em coisa”.

A ideia de inferioridade que o Ocidente atribuiu aos africanos, mostra claramente como os colonialistas tratavam os negros nativos, mostrando que eles eram inferiores e, por isso, podiam forçá-los a trabalhar como uma máquina de produção para extrair ouro, diamantes e outros recursos naturais importantes que esse continente possuía.

Domingos (2018), explica que os africanos e seus descendentes são comprados, vendidos, sequestrados ou roubados e forçados a uma situação desumana e devem dar um significado realista ao novo lugar. Nas Américas, a plantação gradualmente se transformou em uma instituição econômica lucrativa para os escravocratas “a razão é que não podemos trocar a vida e a liberdade dos negros contra ‘algumas toneladas de ouro’. Em nome de qual moral devemos colocar na balança o sangue do inocente [...] com a avareza do culpado” (Condorcet, 2009, p. 190 *apud* Foé, 2013). Para escapar dessa armadilha do Ocidente, Falola (2007, p. 25), aponta o seguinte, “a África tem de entender o Ocidente de modo a se libertar da dominação. Não há como escapar a um mundo globalizado, mas podemos criar o conhecimento necessário para remover as amarras do capitalismo explorador”.

A rejeição do povo africano na vida política, econômica e social no mundo é o resultado da forma como os africanos são tratados política, econômica e socialmente depois da colonização e da configuração de novas relações geoestratégicas. Nesta linha de raciocínio Bento (2002, p. 1-5) nos coloca o seguinte: “a forte ligação emocional com o grupo ao qual pertencemos leva-nos a investir nele nossa própria identidade”. Ele ainda mostra que, “a imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defender os seus valores, assim, protegemos o ‘nosso grupo’ e excluímos aqueles que não pertencem a ele”.

Insistindo ainda com a ideia de Bento (2002, p. 5), ele vai nos explicar que,

“o primeiro passo da exclusão moral é desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados”.

No período da colonização, as terras invadidas funcionavam como reservatórios de matérias-primas, alimentando as fábricas dos países invasores. As terras também serviram

como instrumentos de laboratório para as experiências europeias. Nos séculos XVIII e XIX, assistiu-se o estabelecimento de vários postos de trocas de comércio em África, sendo que os europeus estavam engajados no processo da escravidão, na compra de ouro, marfim e entre outros.

Porém, desde a invasão, independência e até os dias atuais os africanos são tratados de maneira diferente. A origem dessa rejeição está atrelada à colonização e, hoje, da colonialidade do poder, saber e do ser. Esses dispositivos funcionam de maneira interligada, ganhando novas roupagens através da imposição de um modelo político, econômico e social aos estados tidos como “subdesenvolvidos” através de uma linha de bengala como se ela desse conta de todas as realidades [...], é necessário ler atentamente estas fontes, afinal, na maioria das vezes elas menosprezam as sociedades locais em nome da superioridade europeia. Devemos resistir à filtragem das interpretações coloniais dos africanos, dos julgamentos de valor, dos colonizadores, dos funcionários europeus, dos missionários, e esforçar-nos por compreender as perspectivas africanas aí documentadas (Alfagali, 2018).

Quando é assim, os modelos estabelecidos através das imposições acabam por colocar em causa as organizações políticas de um povo; assim, vários países tidos como “subdesenvolvidos” não são incluídos na “perfeita” linha de horizontalidades, mas sim, da verticalidade onde impera a posição de quem tem mais “força”.

Aqui fica evidente que os europeus além de usarem a força física, a coerção psicológica, usaram também as missões e as escolas como instrumentos da/para domesticação, destruição e colonização dos povos africanos. Consideram-nos atrasados, desprovidos de qualquer traço de conhecimento, das ferramentas tecnológicas e da humanidade, as reflexões em “Os Condenados da Terra” oferecem maneiras perspicazes de compreender a produção da negritude como não-ser, Fanon (2022) acreditava que os negros não eram humanos porque personificavam o mal absoluto no mundo moderno. Uma das contribuições que embasaram o projeto escravista colonial foi a visão do negro como um elemento corrosivo, deformante, desprovido de valores e distorcendo tudo o que envolve a estética ou a moralidade. Estamos reduzidos a objetos animais que destroem tudo o que chegam perto. Um símbolo de grande medo. Costumes, tradições e mitos começaram a tornar-se marcadores de pobreza e degradação.

Assim, relegaram-nos ao lugar do “não-ser” onde se pode aplicar todas as arbitrariedades. Tanto é que se pode afirmar, hoje, com toda justeza que os idealizadores dessa visão não conseguiram sequer comprometer com a descoberta da veracidade dos fatos,

mas sim, com a ideologia colonial. Assim, em todas as vertentes os africanos foram tratados como uma obstrução ao desenvolvimento humano, encarados como obstáculos e passivos, devendo ser colonizados para lhes darem a humanidade e o conhecimento que possa lhes ajudar a se tornar supostamente humanos. Estas ideias, de natureza fortemente racista, foram ganhando força a ponto de a invasão e ocupação de África serem justificadas pelo falso argumento de que cabia aos europeus ensinar os selvagens e os selvagens a adaptarem-se aos valores civilizados europeias chamada cultura civilizada suprema (Alfagali, 2018). Insistindo com a ideia do autor, onde ele nos mostra que,

“há uma tese erroneamente generalizada entre alguns historiadores que consiste em dizer que as potencias europeias conquistaram a África a partir da Conferencia de Berlim (1884-1885). Entretanto, essa ocupação não ocorreu por intermédio de um único evento, uma vez tal intervalo foi feita de modo minuciosamente sistematizado, fazendo-se uso de recursos militares e econômicos, contando, inclusive, como o apoio de particulares e empresas, em vistas de interesses de mercado” (Alfagali, 2018, p. 146).

Assim, eram considerados como desprovidos de algumas ferramentas que poderiam contribuir para o bem-estar da humanidade. Os africanos foram tratados como desprovidos de qualquer traço humano e, portanto, a escravidão deveria servir de bênção para esses homens e mulheres africanos. Não é criar uma narrativa de revanche, mas seria melhor dizer que a maior estupidez que se pode fazer é adjectivar pejorativamente as cosmoperspectivas africanas sem, no entanto, conhecer as bases que as alicerçam. Portanto, esta postura implicar o modo desalmado da opressão, da neocolonização, da exploração, do insulto, da estigmatização, de fel e desprezo do tudo o que os africanos deram provas antes da colonização o preconceito de superioridade europeia sobre os outros povos, em particular os africanos e ameríndios, levou a que se duvidasse da sua humanidade. Este foi um dos argumentos que justificou que fossem capturados, deslocados, comercializados e explorados como escravos em África, na América e na Europa.⁶

Os africanos ainda são tratados como uma ameaça da paz e da segurança para os europeus, porque as nossas relações são demarcadas por autoengano, estigmatização e equívocos sobre as realidades africanas. Os discursos mediáticos, científicos ainda colocam os africanos como inertes, sub-humanos e aqueles que vivem no “terceiro” mundo, onde há fome, assassinatos e miséria total. De acordo com, Macamo (2001, p. 13), “o saber colonial consiste na invenção duma sociedade africana susceptível de intervenção colonial”. Noutras palavras, o autor quer dizer que, “a administração colonial sistematizou o conhecimento que

⁶ Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/a-escravatura-nos-seculos-xv-e-xvi-h47/>. Acesso em: 24 de novembro de 2024

tinha das sociedades africanas no sentido de criação de instituições e gestão das relações sociais em moldes que permitissem a sua manipulação segundo os interesses coloniais” (Macamo, 2001, p. 13)

Esta postura é a continuidade daquilo que vários pensadores, por exemplo, Hegel, Kant, Hume e outros, escreveram e falaram sobre os africanos. Não é por acaso que se assiste, hoje, um tratamento desigual no mundo entre os pretos e não pretos. No entanto, no contexto das relações raciais eles “revelam uma faceta mais complexa porque visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, conseqüentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios” (Bento, 2002, p. 6-7).

Para invadir um país africano, os europeus inventaram narrativas para justificar o “terrorismo” como se ele mudasse o panorama do país. Temos exemplos claros que ilustram isso. Basta olharmos para o caso da Líbia e Somália, que foram atacados pelos Estado Unidos e a França para compreendermos que, de fato, em grande maioria, os europeus ainda entendem os africanos como aqueles que colocam em causa a paz mundial. Assim como, fingem esquecer que, quando atacam e bombardeiam um país, aquele país pode levar mais de uma década para reconstruir e criar a paz social. Infelizmente, a colonização acabou, mas os seus efeitos ainda continuam vivas na memória política, coletiva, história e individual, mantendo os seus efeitos no dia a dia a presença dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido e da Alemanha nos países africanos manifesta-se não apenas através de operações de guerra, mas principalmente através de planos económicos, acordos nacionais, penetração ilegal de armas, retaliação económica e ajustamentos de preços nos mercados internacionais (Lopes, 2011).

“As histórias que evidenciam as intervenções internacionais na África, com interesses externos se multiplicam e iluminam as novas formas de dominação. Na Líbia a vitória da OTAN garantiu o fim de um Estado terrorista e abriu caminho para a libertação de povos oprimidos que podem negociar livremente, inclusive com os EUA. Por mais interessante que tenha sido a queda de Gadafi para o surgimento de um Estado de direito se é que ele vai surgir [...]” (Lopes, 2011, p. 16).

Nessa linha de pensamento, é perceptível que a sociologia africana desconstrói a narrativa eurocêntrica, desafiando os seus pressupostos fundamentais. Em vez de ver as teorias das sociedades locais africanas como menos válidas ou importantes, essa sociologia considera-as tão significativas como qualquer outra teoria sociológica. Além disso, desafia a

noção de que a sociedade europeia é a medida padrão para todas as sociedades, considerando as especificidades históricas, culturais e sociais das sociedades africanas.

Além disso, a sociologia africana adota uma perspectiva crítica em relação à forma como o conhecimento sobre África é produzida e divulgada. Muitas vezes, os estudos africanos têm sido efetuados por investigadores ocidentais, que trazem as suas próprias perspectivas e preconceitos. A sociologia africana procura descentralizar este conhecimento eurocêntrico e dar voz aos próprios africanos, permitindo-lhes construir as suas próprias histórias e teorias sociológicas com base nas suas experiências e perspectivas únicas.

A sociologia africana também apresenta uma visão cosmogônica corretiva do eurocentrismo. A cosmogonia é o estudo das origens e da evolução do universo, e a visão cosmogônica corretiva traz uma perspectiva africana para a compreensão da realidade social.

Ao reconhecer a riqueza das tradições africanas, a sociologia africana tem como objetivo integrar a visão do mundo africano nas suas análises sociológicas. Isto implica considerar a espiritualidade africana, as normas e valores culturais, a organização social e outras particularidades africanas, como elementos cruciais para compreender a sociedade africana dado que a cultura africana está tão intimamente ligada ao comportamento quotidiano dos seres humanos e das comunidades, não é algo abstrato que possa ser divorciado da vida. Envolve uma visão particular do mundo, ou melhor dizendo, um determinado ser no mundo, um mundo visto como uma totalidade de coisas que se reconectam e interagem (Bâ, 2010).

Essa cosmologia corretiva desafia a suposição eurocêntrica de que a sociedade é inerentemente secular e que a religião e outras práticas espirituais são irrelevantes ou primitivas. Reconhece o espírito africano como uma força vital nas sociedades africanas, moldando as relações sociais, a política, a economia e outros aspectos da vida cotidiana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou criticamente a produção de narrativas eurocêntricas sobre o continente africano, evidenciando como a colonização operou não apenas como um sistema de dominação territorial e económica, mas sobretudo como um regime de poder cultural e epistemológico. Este regime produziu representações distorcidas das sociedades africanas, desvalorizando os seus sistemas de conhecimento, formas de organização social e concepções de mundo, ao mesmo tempo que legitimava a hierarquização racial através de discursos pseudocientíficos que naturalizavam a supremacia europeia e a inferiorização dos povos africanos.

A análise demonstrou que o eurocentrismo não deve ser compreendido apenas como uma herança histórica do colonialismo, mas como uma estrutura de pensamento ainda reproduzida em contextos pós coloniais, inclusive por instituições académicas africanas que continuam a privilegiar categorias analíticas e modelos teóricos exógenos, frequentemente desconectados das realidades sociais do continente. Neste sentido, a crítica ao eurocentrismo exige não apenas a denúncia da dominação colonial passada, mas também uma reflexão rigorosa sobre a reprodução contemporânea dessas epistemologias.

É neste contexto que a sociologia africana emerge como um projeto crítico e reconstrutivo. Mais do que uma rejeição automática das teorias ocidentais, trata-se da construção de alternativas epistemológicas enraizadas nas experiências históricas, culturais e sociais africanas. A valorização das cosmoperspectivas africanas e da tradição oral assume aqui um papel central, não enquanto saberes essencializados ou imunes à crítica, mas como fontes legítimas de categorias analíticas, formas de racionalidade e modos de interpretação social que foram sistematicamente marginalizados pelo cânone sociológico dominante.

Todavia, a construção de uma sociologia africana exige um esforço metodológico rigoroso. As cosmoperspectivas africanas só adquirem estatuto científico quando são traduzidas em instrumentos analíticos capazes de dialogar criticamente com a realidade empírica, produzir explicações sociológicas consistentes e submeter-se a processos de validação e contestação académica. Sem este movimento, corre-se o risco de substituir a hegemonia eurocêntrica por um discurso identitário sem capacidade explicativa ou transformadora.

O legado da colonização manifesta-se ainda numa alienação intelectual profunda, que moldou o pensamento africano segundo parâmetros externos, frequentemente inadequados às dinâmicas sociais locais. A autonomia epistemológica, neste quadro, não significa isolamento intelectual nem rejeição do diálogo global, mas sim a capacidade de seleccionar, adaptar e transformar criticamente os contributos teóricos externos a partir das necessidades concretas das sociedades africanas.

Conclui-se que a desconstrução do eurocentrismo e a consolidação de uma sociologia africana crítica constituem passos fundamentais para a revalorização das histórias, culturas e saberes africanos. Este processo exige um compromisso simultâneo com a crítica ao legado colonial, a autocrítica das práticas intelectuais africanas contemporâneas e a produção de conhecimento socialmente relevante. Apenas assim será possível contribuir para uma

emancipação cultural e intelectual efetiva e para a construção de projetos de desenvolvimento mais justos, contextualizados e sustentáveis no continente africano.

REFERENCIAS

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão A385h **História da África** / Crislayne Gloss Marão Alfagali, Victor Martins de Souza, Ivete Miranda Previtali. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018 224 p.

AKE, Claude E. Ciência social como imperialismo. LAUER, Helen (Org.) et ANYDOHO, Kofi (Org.), **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através das perspectivas africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

BÂ, Amadou Hampâtê. **A tradição viva. História geral da África**, v. 1, p. 167-212, 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, 5-58.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Virtudes satanizadas** / epistemologia africana e outros olhares. 1 ed. São Paulo, Fontenele Publicações, 2020.

DOMINGOS, Luís Tomás. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência. **Identidade!** v. 22, n. 2, p. 190-208, 2018.

FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, n. 36, p.9-38, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

FANON, Franz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: seuil, 1952

FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica? **Educar em Revista**, n. 47, p. 175-228, 2013.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista crítica de ciências sociais**, 2008, 80: 149-160.

KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. African epistemology. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Tradução para uso didático por Marcos Rodrigues.

LANGA, Mário. Métodos e Técnicas da História. **Blogspot**, 2015. Disponível em: <https://mariolanga.blogspot.com/2015/07/metodos-e-tecnicas-da-historia.html>. Acesso em: 17 de março de 2024

LOPES, Ana Mónica Hnriques. **Neocolonialismo na África**. Sankofa (São Paulo), 2011, 4.8: 12-21.

MACAMO, Elísio. **A constituição duma sociologia das sociedades africanas**. Estudos Moçambicanos, 2001, 19: 5-26.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.

M'BOKOLO, Elikia; LE CALLENNEC, Sophie; RESENDE, Manuel. **África Negra: história e civilizações**: do século XIX aos nossos dias. Edições Colibri, 2007.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Editora Vozes, 2013.

MUDIMBE, Valentine-Yves. **África: pensamiento y controversias**. El Colegio de Mexico AC, 2014.